

ANEXO XII

AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MATÉRIA PRIMA FLORESTAL - AUMPF

Orientação documental dos procedimentos de utilização de matéria prima florestal nativa através de autorização de utilização de matéria prima florestal, em que o interessado deverá protocolizar os seguintes documentos:

1. DOCUMENTOS PADRÓES IMAP

1.1 Requerimento padronizado, conforme Anexo VII;

1.2 Romaneio, conforme os Anexos VI (também em mídia digital (CD/outro) nas extensões PDF e xlsx (Excel)), assinado por profissional habilitado e com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. Para o cálculo do volume da madeira em tora deverá ser considerando a fórmulas de cubagem definida na Resolução CONAMA nº. 411, de 06 de maio de 2009.

OBSERVAÇÃO₁: É facultado ao interessado ou requerente a apresentação de inventário florestal. Entretanto, na ausência do referido inventário nos autos processuais será considerado o volume máximo de 20 (vinte) m³/ha de madeira em tora, que representa 60 (sessenta) m³/3ha/ano, da área a ser convertida, logo, não será liberado volumetria superior, mesmo que no romaneio do requerimento da Autorização de Utilização de Matéria Prima Florestal - AUMPF contenha volumetria acima de 20 (vinte) m³/ha.

OBSERVAÇÃO₂: Na ausência do inventário amostral, em Projetos de Assentamento da Reforma Agrária - PAs, poderá ser liberada a volumetria integral do romaneio de matéria prima (madeira em tora) apresentado, desde que atenda os critérios técnicos definido no anexo VI. A identificação das toras no pátio deverá ser capaz de relacioná-las com seus respectivos tocos, sendo obrigatório para este, o uso de material durável (exemplo: placa de alumínio) para a sua conferência na vistoria

OBSERVAÇÃO₃: Após a supressão, caso o requerente tenha interesse em transportar a matéria prima (exemplo: madeira em tora) para fora dos limites do imóvel rural, no sentido de comercializar, doar, utilizar em outro local, etc., deverá requerer a Autorização de Utilização de Matéria Prima Florestal - AUMPF.

2. BASE LEGAL

- Lei Complementar Federal nº. 140, de 8 de dezembro de 2011, que fixa normas, (...), para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das

florestas, da fauna e da flora (...), o art. 8º (são ações administrativas dos Estados), inciso XVI, especifica a competência de aprovar o manejo e a supressão de vegetação, de florestas e formações sucessoras (...).

▪ Considerando a Lei Federal nº. 12.651, de 25 de maio de 2012 (com as modificações introduzidas pela Lei Federal nº. 12.727, de 17 de outubro de 2012), que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa (...), o art. 26 especifica que a supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo, tanto de domínio público como de domínio privado, dependerá do cadastramento do imóvel no CAR, de que trata o art. 29, e de prévia autorização do órgão estadual competente do SISNAMA.

▪ Resolução CONAMA nº. 411, de 06 de maio de 2009, dispõe sobre procedimentos para inspeção de indústrias consumidoras ou transformadoras de produtos e subprodutos florestais madeireiros de origem nativa, bem como os respectivos padrões de nomenclatura e coeficientes de rendimento volumétricos, inclusive carvão vegetal e resíduos de serraria.

▪ Instrução Normativa MMA nº. 3, de 4 de março de 2002, define os procedimentos de conversão de uso do solo através de autorização de desmatamento nos imóveis e propriedades rurais na Amazônia Legal.

▪ Instrução Normativa IBAMA nº. 74, de 25 de agosto de 2005, define que a justa posse de que tratam a Instrução Normativa MMA nº. 3, de 4 de março de 2002, será comprovada mediante requisitos de regularidade e legitimidade da ocupação, na forma prevista no presente ato normativo.

▪ Instrução Normativa IBAMA nº. 75, de 25 de agosto de 2005, autorização de desmatamento de Projetos de Assentamento do Programa de Reforma Agrária ou outros projetos públicos.

3. FÓRMULAS DE CUBAGEM DE MADEIRA EM TORA (CONAMA nº. 411/2009)

Fórmula:

$$V = [(d_b^2 \cdot \pi / 4) + (d_t^2 \cdot \pi / 4)] / 2 \cdot L \text{ ou } V = 0,7854 \cdot [(D_b + D_t)/2]^2 \cdot L$$

V = volume em m³

L = Comprimento da tora em metro

D_b = Diâmetro da base da tora em metro (obtido a partir da média do maior e menor diâmetro na seção - em cruz).

D_t = Diâmetro do topo da tora em metro (obtido a partir da média do maior e menor diâmetro na seção - em cruz).